

Setor elétrico faz coro contra encargos nas tarifas de energia

http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=9844

Aneel afirma que é mais fácil mexer neles do que em tributos; ex-ministro também não acredita em redução de impostos

Ao longo de todo Encontro Nacional do Setor Elétrico (Enase), que aconteceu entre 8 e 9 de maio no Rio de Janeiro, representantes de associações que reúnem consumidores de energia e investidores da área fizeram como nas críticas à alta tarifa cobrada no País. O diagnóstico, que não é nenhuma novidade, é de que encargos e tarifas oneram uma geração que, em princípio, é barata, devido ao caráter hidrelétrico da matriz nacional.

De acordo com estudo do **Instituto Acende Brasil**, são cobrados 14 encargos setoriais nas contas, além dos impostos federais, estaduais e municipais. O diretor-executivo da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Lúcio Reis, estima que 45% da tarifa seja formada por essas cobranças, sendo os outros 55% o custo efetivo da geração, transmissão e distribuição.

Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Santana afirma que o órgão regulador tem "pouca margem de manobra" para atuar sobre o valor da tarifa. Além do vigor nas revisões tarifárias, Santana afirma que a busca é por tentar reduzir o "risco regulatório", que poderia elevar ainda mais os preços.

O regulador ainda afirma que políticos e empresários "têm falado em diminuir impostos, mas não em diminuir encargos". Para ele, "seria mais fácil" mexer nas contas dos encargos do que na arrecadação tributária.

Nesse sentido, o diretor técnico-regulatório da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Luciano Pacheco, apresentou a proposta de acabar com quatro encargos - CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), P&D (pesquisa e desenvolvimento) e RGR (Reserva Global de Reversão). Além disso, ele pede que seja reduzido o contingenciamento da arrecadação da TFSEE (que financia as atividades da Aneel), o que poderia viabilizar uma arrecadação menor.

"Hoje, a função da CCC (que custeia a geração térmica no Norte do País) e da CDE (que financia o Luz Para Todos e o uso de carvão mineral) é mais de política de governo. Defendemos que esses encargos fossem revogados e que, se o governo entender que é necessário, que use outros instrumentos para essa arrecadação", aponta Pacheco.

Lúcio Reis, da Anace, também afirma que "o consumidor não consegue entender a renovação da RGR e da CCC" e diz que as associações do setor devem se unir para formar uma pauta em torno do tema. "Vamos ter que passar, fatalmente, a mexer nos tributos e encargos (para reduzir custos e ganhar competitividade)".

Já o ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, hoje da Tendências Consultoria, é mais pessimista. "Não adianta, pode fazer 10 mil Impostômetros, pode ter revolta da população, que não vai mudar. Podia-se direcionar mais os esforços para a simplificação (dos tributos), que nos Estados Unidos, por exemplo, são cobrados no produto final". Para ele, o fato de "o principal imposto", que é ICMS, ser estadual, é uma distorção. "É preciso despir alguns mitos e olhar a experiência internacional", sugere.